

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Projeto contra a misoginia

A deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT, foto) solicitou a aprovação imediata do projeto de lei contra a misoginia (manifestação de ódio, aversão ou discriminação contra mulheres). A parlamentar fez um apelo pelo fim da obstrução dessa pauta. “A proposta é urgente para salvar vidas e combater a escalada de violência contra as mulheres no País.” Dados apontam que a violência de gênero mata quatro mulheres por dia no Brasil e que há um aumento expressivo do número de crianças órfãs de vítimas de feminicídio.



THIAGO CRISTINO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Apoio às famílias de vítimas de feminicídio

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) comemorou a aprovação do projeto de lei que institui a “Política Nacional de Proteção às Famílias de Vítimas de Feminicídio” na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. “O Rio Grande do Sul registrou 74 feminicídios consumados e 240 tentativas no último ano”, enumera o pedetista. Segundo o parlamentar, o impacto do crime se irradia por todo o núcleo familiar: “A punição do agressor não encerra a tragédia. O Estado tem o dever civilizatório de oferecer suporte e interromper ciclos de vulnerabilidade social e econômica gerados por essa violência”. A proposta legislativa seguirá em tramitação na Câmara dos Deputados, onde ainda será analisada pelas demais comissões antes de sua votação final.

RS em sexto lugar

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) apresentou o levantamento mensal do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de junho, e o Rio Grande do Sul ocupa a 6ª colocação entre os estados brasileiros, com R\$ 102,73 bilhões, atrás de Mato Grosso (213,50), Minas Gerais (167,85), São Paulo (158,44), Paraná (152,99) e Goiás (117,10).

Trigo e laranja

Entre 2017 e junho de 2026, o trigo foi o grande destaque entre as lavouras gaúchas, passando de R\$ 1,28 bilhão para R\$ 3,26 bilhões, um crescimento de mais de 153%. Já as plantações de laranja registraram a maior queda: de R\$ 507,41 milhões para R\$ 160,13 milhões.

Pecuária salvando o balanço

Nesta última década, a agricultura do Rio Grande do Sul apresentou queda no VBP de 5,6% - de R\$ 67,57 bilhões para R\$ 63,77 bilhões. O tombo só não foi maior porque a soja (que representa o maior volume financeiro do Estado) “segurou as pontas” com um pequeno crescimento de 1,5%. Já a pecuária foi responsável por “salvar o balanço”, tendo crescido 22,1%, um salto de R\$ 31,91 bilhões em 2017 para R\$ 38,96 bilhões em 2026.

Zucco quer entregar a Milei manifesto de parceria com RS

Político avalia que projetos de energia podem injetar bilhões no Estado



Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Na Convenção Nacional do Partido Liberal (PL) para as eleições deste ano, marcada para o próximo sábado, o pré-candidato ao governo gaúcho Luciano Zucco (PL) pretende entregar ao presidente argentino, Javier Milei, um documento ressaltando que o RS está atento ao mercado e que o país vizinho é um importante parceiro econômico. Zucco destaca ainda a relevância estratégica dessa nação por ter uma gigantesca reserva de gás, na jazida de Vaca Muerta.

Zucco argumenta que, muitas vezes, o RS é visto como a ponta do Brasil e não como uma porta de entrada. Ele participou nesta segunda, em Porto Alegre, de encontro promovido pelo Sindicato da Indústria da Energia Renovável do RS (Sindienergia-RS). Outra pauta sustentada por ele foi a defesa junto à União de um Fundo Constitucional para o Sul.

O mecanismo possibilita obter recursos de instituições financeiras federais de caráter regional, mas hoje apenas o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste contam com esse apoio. Zucco considera que é possível fazer uma articulação em bloco, entre os governos de RS, SC, PR e SP, pela região Sudeste, para levar adiante a pauta do fundo. “Não podemos mais travar um Estado que infelizmente parou no tempo.”

O setor de energia gaúcho, his-

toricamente, faz o pleito do Fundo Constitucional para o Sul, especialmente para ter mais competitividade em relação aos projetos do Nordeste na área eólica. Zucco acrescenta que a máquina do Estado está enferrujada e não consegue entregar o que se propõe.

Um apontamento feito pelo político é o fato de que vários projetos de energia, que podem injetar bilhões no RS, ainda aguardam os seus licenciamentos ambientais para prosseguirem. Ele frisa que o governo precisa analisar como não atrapalhar o setor e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) passa por essa avaliação.

Sobre o pleito de alguns empreendedores do setor de energia para a recriação da Secretaria de Minas e Energia, extinta na gestão do governador Eduardo Leite (PSD), Zucco lembra que hoje o Estado conta com 31 secretarias, o que ele considera uma configuração inchada. Contudo, ele enfatiza que o seg-

mento energético requer um carinho, sendo por meio de uma pasta específica de energia ou uma maior abrangendo a infraestrutura em geral. “Se a gente tiver condições e entender que essa pasta é necessária, ela será criada.”

Com Zucco, o Sindienergia-RS encerrou o ciclo de debates realizado pela entidade com os pré-candidatos ao governo gaúcho. Para a presidente da entidade, Daniela Cardeal, o evento foi importante para ouvir e apresentar propostas. Ela assinala que, durante os encontros, foi possível colher informações para formatar o programa RS+5.

A iniciativa do sindicato propõe o objetivo de elevar em 5 GW (ou 5 mil MW) a capacidade instalada de geração de energia elétrica no RS, que atualmente é de aproximadamente 10 GW (10 mil MW), conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Daniela adianta que o programa deve ser apresentado em agosto.



SINDIENERGIA-RS/DIVULGAÇÃO/JC

Pré-candidato Luciano Zucco (PL) apresentou propostas no Sindienergia-RS

Trump concede green card para Eduardo Bolsonaro

/ RELAÇÕES EXTERIORES

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) recebeu do governo dos Estados Unidos o chamado green card, que dá ao parlamentar o direito de trabalhar, estudar e viver no país. A informação foi publicada pela Folha de S.Paulo e confirmada ao Estadão/Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) pelo influenciador digital Paulo Figueiredo, aliado de Eduardo.

Com o documento de resi-

dência permanente, o ex-deputado pode usufruir de direitos semelhantes aos de um cidadão norte-americano.

Eduardo Bolsonaro foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a quatro anos e dois meses de reclusão por coação, devido à sua atuação nos Estados Unidos para intimidar o Judiciário e impedir a análise da tentativa de golpe. Ainda cabe recurso.

Eduardo Bolsonaro vive nos Estados Unidos desde fevereiro de 2025. Na semana passada, o ex-deputado federal sugeriu que

o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes volte a ser alvo das sanções previstas na Lei Magnitsky após a decisão que suspendeu visitas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está em prisão domiciliar.

Em publicação nas redes sociais na noite de segunda-feira, Eduardo afirmou ainda que, devido à proibição das visitas, outros países não deveriam reconhecer as eleições presidenciais brasileiras como democráticas.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323